

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

1 Às 09h40min do dia 08 do mês de março de 2017, reuniram-se no auditório da sede da Agência  
2 Estadual de Meio Ambiente - CPRH, situada na Rua Santana, nº 367, Casa Forte, no município do  
3 Recife – PE, os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-  
4 Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, Prefeitura Municipal de Paulista,  
5 Prefeitura Municipal de Igarassu, Prefeitura Municipal de Camaragibe, Universidade Federal de  
6 Pernambuco – UFPE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE,  
7 Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – CEPAN, Usina São José S/A, Usina Petribú S/A,  
8 Associação Chã de Peroba, Fórum Socioambiental de Aldeia e Instituto São Jorge, além do  
9 gerente da UGUC/CPRH, conforme lista de presença anexa, para debaterem sobre a seguinte  
10 pauta: a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos conselheiros titulares e suplentes;  
11 c) Apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no Conselho Gestor  
12 no setor ONG ambientalista; d) Apresentação de sugestão de locais para a realização das  
13 próximas reuniões; e) Deliberação sobre o conteúdo mínimo para projeto de Formação em  
14 Educação Ambiental; e f) Informes gerais. Na função de gestora da APA e presidente do  
15 Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas a todos e apresentando o Sr. Gleydson  
16 Castelo Branco, novo gerente da UGUC/CPRH que substituirá a Sra. Samanta Della Bella.  
17 Prosseguindo, entramos no primeiro ponto da pauta, que tratava da aprovação da ata da  
18 reunião anterior, a qual foi aprovada pelos Conselheiros presentes sem qualquer alteração. A  
19 seguir, passamos à nomeação dos conselheiros titular e suplente da Prefeitura Municipal de  
20 Igarassu, a Sra. Adriana Lopes Nóbrega Fragôso de Barros e o Sr. José Rinaldo Silva Rufino,  
21 respectivamente. Após a posse e observando a existência de quórum para início dos trabalhos,  
22 seguimos para a apresentação de instituições para assumir a suplência da representação no  
23 Conselho Gestor no setor ONG ambientalista, em decorrência da substituição da AMANE pelo  
24 CEPAN na titularidade da cadeira, deliberada na reunião ordinária que aconteceu dia 19 de  
25 setembro de 2016. Sugeri que o CEPAN assumisse tanto a titularidade quanto a suplência da  
26 cadeira, em virtude da falta de indicação de outras instituições. No entanto, o Sr. Herbert, do  
27 Fórum Socioambiental de Aldeia defendeu a necessidade de pluraridade máxima de  
28 representação do Conselho Gestor, sugerindo que fosse dado mais um período para a indicação

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

29 de novas entidades para ocupar a suplência da representação, o que foi reforçado pelo Sr.  
30 Anselmo, do IFPE. A Sra. Cristiane, representante do CEPAN, se comprometeu a divulgar a vaga  
31 no setor ONG ambientalista no fórum de entidades ambientalistas de Pernambuco, do qual faz  
32 parte, e sugeriu que as demais instituições também fizessem a divulgação. Sugeriu que tratemos  
33 esse assunto via e-mail para que na próxima reunião já tenhamos algo definido para que seja  
34 possível editar a portaria do Conselho e formalizar as alterações, o que foi acatado pela  
35 Plenária. Para aproveitar a oportunidade, o Sr. Herbert, do Fórum Socioambiental de Aldeia,  
36 sugeriu as demais instituições que não estão comparecendo às reuniões fossem sondadas sobre  
37 o interesse em permanecer no Conselho Gestor, o que foi acatado. O Sr. Roberto, da Associação  
38 Chã de Peroba, sugeriu que a Prefeitura de Camaragibe, com representante presente na  
39 reunião, tentasse entrar em contato com as Prefeituras de São Lourenço e Paudalho para  
40 sensibilizar sobre a importância de suas atuações no Conselho. Passando ao próximo ponto de  
41 reunião, discutiu-se a apresentação de sugestão de locais para a realização das próximas  
42 reuniões. O Sr. Moacir, do Instituto São Jorge, sugeriu que a próxima reunião fosse realizada na  
43 FOP (Faculdade de Odontologia de Pernambuco), pois o local é mais central para a participação  
44 da comunidade e tem amplo estacionamento. O Sr. Herbert, do Fórum Socioambiental de  
45 Aldeia, sugeriu que discutamos esse assunto via e-mail. O Sr. Roberto, da Associação Chã de  
46 Peroba, sugeriu que as reuniões aconteçam nas Prefeituras municipais, sendo já a próxima em  
47 Camaragibe, visando envolver as diversas comunidades existentes no território da APA.  
48 Informei que essa estratégia de reuniões itinerantes foi a que adotamos inicialmente na  
49 retomada do Conselho Gestor, quando realizamos as primeiras reuniões no Parque Estadual  
50 Dois Irmãos (Recife), ESEC Caetés (Paulista/Abreu e Lima) e no CIMNC (Araçoiaba), mas alguns  
51 conselheiros sugeriram que as reuniões fossem na própria CPRH, por ser mais acessível, o que  
52 foi acatado. No entanto, esclareci que, em minha opinião, a realização das reuniões em locais  
53 diversos é o mais indicado para que se cumpram os objetivos do Conselho Gestor. O Sr. Célio  
54 Muniz, da Prefeitura de Camaragibe, disponibilizou a sede do município para a próxima reunião,  
55 que está prevista para o dia 07 de junho, e a Plenária concordou em decidir os próximos locais  
56 mais adiante. A Sra. Mônica Rocha, da Usina São José, sugeriu que a próxima reunião fosse em

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

57 outra data, considerando que ela está prevista para a Semana do Meio Ambiente, quando  
58 sempre são desenvolvidas atividades voltadas ao tema nas instituições, o que poderia afetar a  
59 participação das entidades. Sugeri que mantivéssemos a previsão da reunião para o dia 07 de  
60 junho, mas que eu faça uma consulta aos membros do Conselho quando estivermos mais  
61 próximo à data para confirmação, o que foi acatado. Antes de adentrar na discussão do próximo  
62 item de pauta, o Sr. Herbert sugeriu que ouvíssemos a apresentação do Sr. Célio Muniz, Diretor  
63 de Meio Ambiente da Prefeitura de Camaragibe, sobre os projetos almejados pela nova gestão  
64 municipal, entendendo que o tema tem ligação direta com o projeto que discutiríamos em  
65 seguida. A Plenária concordou com a inclusão da apresentação na pauta, e aproveitei a  
66 oportunidade para destacar que os assuntos para discussão no Conselho Gestor devem ser  
67 previamente encaminhados à gestão da APA para inclusão na pauta e destacamento de tempo  
68 da reunião, para que outro item de pauta não seja prejudicado. O Sr. Célio fez sua apresentação  
69 destacando os projetos voltados ao meio ambiente e sustentabilidade pretendidos pela gestão  
70 municipal envolvendo as comunidades locais, ressaltando as atividades de agroecologia a serem  
71 desenvolvidos nas faixas de servidão de linhas de transmissão (produção de adubo e alimentos  
72 orgânicos, além de mudas florestais nativas) e a restauração florestal de matas ciliares em  
73 conjunto com parceiros. A Sra. Mônica, da Usina São José, parabenizou a iniciativa da Prefeitura  
74 e destacou a importância da interação da comunidade no processo de proteção de unidades de  
75 conservação, mas demonstrou preocupação sobre os usos pretendidos para faixas de servidão  
76 de linhas de transmissão, uma vez que a maior parte dessas áreas não é de propriedade da  
77 CHESF, mas na verdade tem cessão de uso por conta de seu caráter de utilidade pública. O Sr.  
78 Célio esclareceu que a procuradoria do município e o setor jurídico da CHESF já levantaram essa  
79 questão e que a prefeitura já está trabalhando na identificação das áreas que pertencem ao  
80 município e estão ocupadas indevidamente. A Sra. Mônica voltou a se pronunciar para afirmar  
81 que dará conhecimento sobre o projeto à diretoria da Usina São José, que também possui  
82 projeto voltado à restauração de matas ciliares, para intermediar possível parceria. Sugeri  
83 também que podem ser aplicados nesse projeto recursos de conversão de multas aplicadas pela  
84 CPRH em decorrência de infrações ambientais constatadas, conforme prevê a legislação vigente.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

85 A Sra. Norma Gusmão, da UFPE, sugeriu que as secretarias de educação também sejam  
86 envolvidas no projeto com o intuito de profissionalizar crianças e adolescentes nas atividades  
87 desenvolvidas no projeto. O Sr. Paulo Gileno, do Fórum Socioambiental de Aldeia, destacou a  
88 importância das vivências na educação de crianças, afirmando que essas atividades devem ser  
89 realizadas com enfoque nas escolas da região. O Sr. Célio finalizou agradecendo o espaço  
90 disponibilizado e colocando a Diretoria de Meio Ambiente de Camaragibe à disposição do  
91 Conselho Gestor para sugestões adicionais ao projeto e esclarecimentos porventura  
92 necessários. A Sra. Dandara, também da Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura de  
93 Camaragibe, destacou que o viés educacional do projeto também deve focar nas áreas com  
94 atividade rural do município (ainda que o plano diretor dite que seu território é 100% urbano),  
95 de modo a demonstrar as oportunidades existentes no meio rural para a comunidade,  
96 sobretudo os jovens que em geral não veem potencialidades na área. Enfatizo o discurso da Sra.  
97 Dandara, salientando que somente podemos fazer uso sustentável adequado do território se  
98 conhecemos e nos empoderamos de suas potencialidades e fragilidades. Voltando ao ponto de  
99 pauta original, passamos à deliberação sobre o conteúdo mínimo para projeto de Formação em  
100 Educação Ambiental a ser financiado com recursos de compensação ambiental oriundo do  
101 IBAMA. Apresentei a minuta do documento com as especificações de conteúdo mínimo que  
102 deveria ser apresentado para o projeto e que encaminhei por e-mail antecipadamente para  
103 apreciação e contribuição dos conselheiros, conforme acordado na última reunião. O Sr.  
104 Herbert, do Fórum Socioambiental de Aldeia, lembrou que há duas reuniões ele havia se  
105 posicionado contrário à utilização do recurso num projeto de educação ambiental nos moldes  
106 tradicionais (apenas de trabalhar conceitos através de capacitação e produção de materiais  
107 didáticos) por entender que essa estratégia é pouco eficiente para produzir resultados  
108 concretos e alterar a situação atual de degradação da APA. Lembrou também que foram  
109 apresentados dois projetos à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de  
110 Pernambuco – SEMAS/PE e a CPRH, para efetivar a gestão da APA, sendo um para gestão  
111 executiva da APA Aldeia-Beberibe através da contratação de uma organização social, e outro  
112 para efetivação de programas do plano de manejo da UC, e afirmou que não entende porque

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

113 tais projetos não foram considerados para o uso do recurso, já que podemos utilizar esse  
114 recurso em algo mais efetivo e duradouro que sirva de exemplo de projeto a ser seguido.  
115 Afirmou que a posição do Fórum Socioambiental de Aldeia é contrária à aprovação do projeto  
116 de educação ambiental, que não tem contribuições a dar ao projeto se se mantiver nessa  
117 modelagem e que o recurso deveria ser utilizado em projetos de restauração florestal e  
118 recuperação de áreas degradadas dentro da APA. Aproveitou a oportunidade para expor uma  
119 opinião pessoal, afirmando que acredita que a figura do Conselho Gestor de APAs foi feita para  
120 não funcionar, uma vez que a maior parte das instituições representadas não se esforça para se  
121 envolver nas problemáticas e para buscar soluções. O Sr. Moacir, do Instituto São Jorge,  
122 endossou as palavras do Sr. Herbert. Em resposta a tal pronunciamento, afirmei que de fato a  
123 SEMAS ainda não apresentou resposta aos projetos propostos pelo Fórum Socioambiental de  
124 Aldeia para gestão executiva da APA, apesar dos reiterados questionamentos acerca da  
125 questão, mas informei que diante do cenário atual essa resposta não pode ser cobrada da  
126 minha pessoa, uma vez que não tenho poder de decisão política para tal, e que minha  
127 competência enquanto gestora é limitada à aplicação da legislação vigente e aos recursos  
128 disponíveis, que são claramente insuficientes. Apesar das dificuldades e diferentemente do que  
129 acontece na maioria das UCs do Estado, temos conseguido avançar, ainda que a pequenos  
130 passos, no sentido da efetivação da gestão da APA Aldeia-Beberibe. Tal feito é, sem dúvidas,  
131 mérito da mobilização da sociedade civil no território, que tem cobrado ações concretas do  
132 poder público. No entanto, as dificuldades também são concretas e refletem uma realidade  
133 nacional na gestão de UCs, sobretudo as de Uso Sustentável. Nesse contexto de dificuldades, foi  
134 destinado o recurso de compensação ambiental na ordem de R\$ 200.000,00 para aplicação na  
135 APA Aldeia-Beberibe. Relembrei a todos os conselheiros como se deu a deliberação sobre a  
136 aplicação do recurso, tendo sido a destinação à educação ambiental (Programa de  
137 Comunicação, Pesquisa e Educação Ambiental do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe)  
138 aprovada pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, com foco na Formação em  
139 Educação Ambiental aprovada neste Conselho Gestor. A pauta que foi discutida nas reuniões  
140 dos dias 19 de setembro de 2016 e 25 de janeiro de 2017, quando se definiu que utilizaríamos

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

141 como base o termo de referência lançado no último edital da CPRH para dar celeridade ao  
142 processo e, considerando a necessidade de atividades voltadas à restauração florestal na APA e  
143 o formato da formação, que a fase de intervenção da formação (60% do curso) fosse voltada  
144 para vivências em restauração florestal de matas ciliares, atendendo as diretrizes do CCAF e à  
145 demanda levantada no Conselho Gestor. Uma das possibilidades de projetos, por exemplo, seria  
146 a fase de capacitação com conceitos de educação ambiental e restauração florestal e a fase de  
147 intervenção prevendo a construção e operação de um viveiro florestal com culminância no  
148 plantio de matas ciliares, envolvendo no processo atores que pudessem contribuir com a  
149 manutenção das atividades, com a identificação de áreas para restauração (oportunidade para  
150 construção de um banco de áreas), etc. O Sr. Herbert afirmou que entende que o valor  
151 disponibilizado seria suficiente para a execução de um projeto de recomposição de um longo  
152 trecho de matas ciliares do rio das Pacas, onde seriam incluídas atividades de educação  
153 ambiental. Dessa forma, seriam atendidos os programas de manejo prioritários para a APA.  
154 Voltei a me pronunciar no sentido de que entendia que propostas expostas são convergentes e  
155 podem ser perfeitamente conciliadas, mas que precisamos trabalhar no documento  
156 apresentado para que as contribuições sejam incorporadas à ideia original, até porque as ações  
157 apresentam uma importante transversalidade no plano de manejo da APA, cumprindo  
158 atividades em programas de manejo igualmente prioritários para a APA. O Sr. Herbert se  
159 pronunciou novamente entendendo que diante do impasse para aplicação do recurso, essa  
160 discussão precisaria ser aprofundada, afirmando que não estávamos conseguindo estabelecer  
161 um diálogo construtivo para a definição da sua aplicação, que a CPRH apenas traz dificuldades  
162 para a implantação das ações de restauração orquestradas pelo Fórum na APA e que começa a  
163 questionar o papel da instituição por ele representada no Conselho Gestor. Criticou, ainda, a  
164 destinação de recursos para os serviços de levantamento e mapeamento de estratégias de  
165 implantação de corredores ecológicos para a APA Aldeia-Beberibe, afirmando que tal projeto  
166 poderia ser executado com menos tempo e recursos pelo IFPE e pela UFRPE. Questionou, ainda,  
167 como se dará a contratação da empresa para a elaboração desse projeto. Respondi que a  
168 contratação da executora do projeto deverá ser realizada diretamente pela empresa

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

169 Interligações Garanhuns, em decorrência do licenciamento do empreendimento LT Luiz  
170 Gonzaga, e que a CPRH deverá apresentar o conteúdo mínimo para a contratação do projeto e  
171 acompanhar a sua seleção e a execução. O Sr. Roberto, da Associação Chã de Peroba, afirmou  
172 que acredita que o montante é insuficiente para a execução de um projeto amplo de  
173 restauração conjugada à educação ambiental, mas que podemos concentrar esforços na  
174 implantação de projeto mais simples, mas que marcará o início das ações efetivas de gestão no  
175 território da APA, incluindo a integração com a comunidade. Acrescentou que o Fórum está  
176 disposto a cobrar respostas da SEMAS e do Governo do Estado aos projetos propostos para a  
177 gestão executiva da APA buscando um modelo de gestão viável, considerando a velocidade com  
178 que a degradação avança no território e a sua importância no contexto ambiental e de  
179 segurança hídrica. Finalizou fazendo um apelo para que o Conselho Gestor adote a proposta do  
180 Fórum para a gestão executiva e a defenda perante o Governo do Estado, para que a APA  
181 Aldeia-Beberibe seja implantada de fato. O Sr. Herbert relatou a origem da proposta de gestão,  
182 cuja primeira versão foi apresentada antes da consolidação do Conselho Gestor e foi revisada  
183 em 2015, quando foi novamente colocada à apreciação da SEMAS. Ressaltou que não há mais  
184 como prolongar a situação existente, com apenas uma pessoa para gerir e ainda dividida em  
185 outras demandas e sem recursos logísticos e infraestrutura. O Sr. Anselmo, do IFPE, afirmou  
186 que, embora tenha contribuído para a adequação do documento com conteúdo mínimo para  
187 elaboração de projeto, diante da discussão, endossa as palavras do Sr. Herbert no sentido de  
188 que um simples plantio de mudas pode não trazer a efetividade que buscamos, que é o que  
189 pode acontecer se o foco do projeto for a educação ambiental e não a restauração florestal.  
190 Ressaltou que de fato a gestão executiva de UCs é um problema para o Estado, mas que apesar  
191 das dificuldades o Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe permanece reunido e atuante, ao  
192 contrário de outras UCs que até possuem equipe gestora, mas não conseguem mobilizar  
193 adequadamente seus Conselhos Gestores. Em resposta, reafirmei que a APA Aldeia-Beberibe  
194 tem o diferencial de possuir uma sociedade civil organizada, mobilizada e preocupada com as  
195 questões socioambientais, o que já nos fez colher frutos como Plano de Manejo, Conselho  
196 Gestor ativo e gestão no âmbito da CPRH, mesmo sendo uma das UCs criadas mais

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

197 recentemente, ao passo que outras não possuem qualquer desses instrumentos de gestão. No  
198 entanto, como a APA foi criada após o último concurso da CPRH, que ocorreu em 2008, não foi  
199 previsto quadro técnico para atender a Unidade, o que prejudicou demasiadamente a sua  
200 gestão executiva, refletindo uma situação crítica geral de toda a Agência em relação à equipe  
201 técnica. O Sr. Anselmo, do IFPE, defendeu que o Conselho Gestor se posicione politicamente  
202 para cobrar a gestão adequada da APA perante CPRH e SEMAS e enquanto não tivermos uma  
203 situação melhor, trabalhemos no que é possível. Em relação ao recurso de compensação  
204 ambiental, por exemplo, propôs que melhoremos o documento com conteúdo mínimo para o  
205 projeto buscando atender as necessidades expostas. Nesse sentido, esclareci que em nenhum  
206 momento a proposição do projeto de formação em educação ambiental foi impositiva, mas sim  
207 sugerida por mim e pela Sra. Samanta, gerente da UGUC à época, para acelerar o processo e  
208 acatada pela Plenária do Conselho Gestor. A partir de tal decisão, o documento foi construído  
209 por mim e encaminhado a todos os conselheiros antecipadamente para apreciação e  
210 contribuições, conforme deliberado na reunião anterior, mas que apenas o Sr. Anselmo, do  
211 IFPE, fez uma contribuição pontual, me fazendo crer, desse modo, que o documento estava  
212 atendendo a todos. A Sra. Cristiane, do CEPAN, compartilhou a sua experiência em outros  
213 Conselhos Gestores, afirmando que a problemática da gestão é similar em todos eles, e que a  
214 estratégia de contratação de uma organização social pode parecer uma boa solução, mas que  
215 possivelmente a adoção da proposta esbarre numa limitação financeira por envolver repasses  
216 financeiros mensais a essas organizações. Sugeriu que estudássemos a proposta do Fórum bem  
217 como outras possibilidades de gestão para a APA, observando as experiências de outras UCs e  
218 outros territórios, buscando a melhor solução para o nosso caso. O Sr. Herbert, do Fórum  
219 Socioambiental de Aldeia, sugeriu que eles apresentem a proposta elaborada e entregue à  
220 SEMAS na próxima reunião do Conselho, para que ela seja discutida e assimilada pelos demais  
221 conselheiros. Me pronunciei para relatar a dificuldade burocrática e financeira que a CPRH está  
222 enfrentando há quase 2 anos para a contratação de uma organização social para gerir o CETAS  
223 Tangará (Centro de Triagem de Animais Silvestres do Estado de Pernambuco), apesar da  
224 urgência que o caso requer e da falta de corpo técnico na Agência para atuação na área



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

225 (médicos veterinários, zootecnistas, biólogos com perfil de fauna, etc.), para demonstrar que  
226 essa solução não é tão simples e rápida, ainda que o Estado opte por essa alternativa. Outro  
227 caso, ainda mais similar ao caso em discussão, foi a tentativa de contratação de uma gestão  
228 através de organização social para o Parque Dois Irmãos, que não obteve sucesso mesmo após  
229 várias tentativas da SEMAS, sobretudo pela impossibilidade financeira de pagamento do Estado.  
230 O Sr. Hibernon sugeriu, diante do exposto, que fosse agendada uma audiência com o secretário  
231 Sérgio Xavier para cobrar a resposta à proposta. O Sr. Herbert sugeriu que convocássemos uma  
232 reunião extraordinária do Conselho Gestor para apresentação da proposta do Fórum antes da  
233 próxima reunião ordinária, salientando que a proposta apresentada previa a busca de recursos  
234 para manutenção da organização social após 1 ou 2 anos de contrato com o Governo do Estado,  
235 e acredita que existem recursos para a implantação do projeto, já que o secretário Sérgio Xavier  
236 prometeu a aplicação de R\$ 1.000.000,00 de compensação ambiental para a APA Aldeia-  
237 Beberibe. A Sra. Cristiane, do CEPAN, esclareceu que organizações sociais (OS) são mais  
238 complexas de serem instituídas, pois mais da metade do Conselho precisa ser composto por  
239 servidores públicos, o que torna os contratos de administração para manter uma OS maiores e  
240 mais complexos. Já no caso das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP),  
241 formadas exclusivamente por pessoas da sociedade civil, sendo vetada a participação de  
242 servidores públicos, o contrato de administração é muito menos custoso, pois não há a  
243 necessidade de manter as despesas dos salários dos servidores. Outro fato é que o SNUC e SEUC  
244 não mencionam a possibilidade de firmar contratos para a gestão de UCs através de OS, mas  
245 sim de OSCIP. O Sr. Roberto, da Associação Chã de Peroba, afirmou que podemos viabilizar um  
246 modelo de gestão executiva para a APA se estudarmos as possibilidades juntos, sociedade civil e  
247 poder público. A Sra. Cristiane, do CEPAN, afirmou que na sua visão, não podemos deixar de dar  
248 andamento aos projetos disponíveis por não termos a gestão ideal, mas usá-los para atingir os  
249 objetivos da APA enquanto essa questão não se resolve. Sugere que o projeto de formação em  
250 educação ambiental seja adequado para atender às expectativas de todos, mas que não seja  
251 condicionado à resolução da questão da gestão. Afirmei que a intenção desde o início foi a de  
252 colher as contribuições dos interessados, mas que elas precisam ser apresentadas de forma

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017 DO CONSELHO GESTOR DA  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

---

253 concreta, e não apenas na forma de críticas ao que está sendo proposto. Conforme sugestão do  
254 Sr. Herbert, do Fórum Socioambiental de Aldeia, acatada pelos conselheiros, foi pré-agendada  
255 uma reunião extraordinária do Conselho Gestor para o dia de 05 abril de 2017 para a  
256 apresentação do modelo de gestão executiva para a APA entregue à SEMAS para demais  
257 contribuições e discussão das possibilidades viáveis. O Sr. Herbert cobrou, ainda, a realização de  
258 reunião do grupo de trabalho para discussão da lei de proteção de mananciais, conforme  
259 deliberação no Conselho Gestor. Esclareci que não foi possível o agendamento da referida  
260 reunião diante das demais demandas as quais eu respondo, relativas à gestão da APA e à  
261 assessoria da presidência da Agência, e que de fato estamos com essa pauta pendente.  
262 Informei, inclusive, que não conto com secretaria executiva, o que me sobrecarrega em muitos  
263 aspectos já que tenho que acumular também essa função, e que penso em propor uma  
264 alteração no regimento interno para que tal cargo possa ser repassado a alguma das instituições  
265 que compõe o Conselho Gestor. Passando aos “Informes gerais”, tratamos do status atual do  
266 processo de licitação para execução do projeto de mapeamento e elaboração de estratégias  
267 para a implantação dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe, projeto financiado pelo  
268 Programa de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco (PSHPE). Informei que o  
269 processo de seleção já foi finalizado e o projeto negociado, restando a sua homologação. O Sr.  
270 Herbert questionou se o Termo de Referência do projeto já pode ser disponibilizado, para o qual  
271 respondi que a sua divulgação somente é possível após a efetivação da contratação, uma vez  
272 que o processo ainda está sob o regime de confidencialidade. Finalizando a reunião, a Plenária  
273 deliberou pela manutenção da data da próxima reunião ordinária do Conselho Gestor,  
274 conforme calendário anual aprovado na reunião anterior. Salvo decisão conjunta posterior, a  
275 reunião deverá ser realizada no dia 07 de junho de 2017, na sede da Prefeitura de Camaragibe,  
276 situada Av. Dr. Belmínio Correia, 2340, Timbi, Camaragibe – PE. Nada mais havendo a tratar, às  
277 12:00 h declarei encerrada a reunião. E por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata  
278 Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será  
279 validada pelos Conselheiros presentes na reunião, conforme lista de presença em anexo.  
280 Recife, 08 de março de 2017.